

O Princípio da Intertextualidade Como Fator de Textualidade

The Principle of the Intertextuality as a Factor of Textuality

Maria Aparecida Rocha Gouvêa ¹

Resumo

Este artigo discute o princípio da intertextualidade como fator de textualidade em textos orais e escritos, determinando a influência e a importância do “já-dito” nas manifestações discursivas do ser humano. A partir da conceituação de interdiscursividade e de intertextualidade, classifica as formas mais utilizadas desse princípio de textualidade.

Abstract

This article argues the principle of the intertextuality as a factor of textuality in oral and writing texts, determining the influence and importance of the “already-said” in the speech manifestations of the human being. From the interspeech and intertextuality conceptualization, it classifies the more used forms of this principle of textuality.

Keywords: Intertextuality, Textuality, Interspeech.

¹ Mestre - Ciências Humanas – UniFOA
maria.gouvea@foa.org.br

1. Introdução

Atualmente, a linguagem é enfocada como fator social, um processo dinâmico e vital que está em permanente construção e evolução e que se coloca como instrumento de identificação, de saber e de poder do ser humano, já que é através dela que o homem explicita e impõe seu lugar no mundo.

A visão de mundo de cada pessoa está diretamente vinculada à linguagem, porque as idéias revelam a compreensão que cada indivíduo tem do contexto onde está inserido e só é possível de ser transmitida aos outros através da expressão verbal ou não-verbal dos pensamentos.

Fiorin (2000, p.32) ressalta que “assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer.” Por isso, a formação ideológica corresponde a uma formação discursiva que leva o homem a construir seus discursos, reagindo lingüísticamente aos acontecimentos. Dessa forma, o discurso revela quem é o sujeito, qual a visão de mundo que ele possui e como se expressa na vida real, no intuito de transformar a sociedade.

Brandão (1991, p. 62) aborda a noção de sujeito, citando Benveniste (1974, p. 82). Para o autor, “a subjetividade é a capacidade de o locutor se propor como sujeito do seu discurso e ela se funda no exercício da língua”. Nesse exercício, a história exerce papel fundamental, pois o discurso é produzido em um determinado espaço e em um determinado tempo, na interação com outros sujeitos, em que a concepção do sujeito histórico articula-se com a concepção do sujeito ideológico. Portanto, o sujeito enuncia sua posição no discurso, instituindo um EU e um TU, que não se concebem separadamente, pois são os protagonistas da enunciação.

Brandão (1991, p. 54) também cita Bakhtin

Um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em um meio social determinados, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos vivos, tecidos pela consciência socioideológica em torno do objeto de tal enunciado e de participar ativamente do diálogo social. Do resto, é dele que o enunciado saiu: ele é como sua continuação, sua réplica. (BAKHTIN, 1975, p. 100)

2. Texto e Textualidade

Val (1999, p. 3) define o texto escrito ou falado como “unidade lingüística comunicativa básica” que as pessoas utilizam como conjunto de elementos para se comunicar. Para a autora, um texto será bem compreendido quando contiver três aspectos fundamentais: o pragmático, que funciona como atuação informacional e comunicativa; o semântico-conceitual, que depende de sua coerência; e o formal, que depende da sua coesão.

Fávero e Koch (2002, p. 25) conceituam texto a partir de duas acepções: em sentido lato e em sentido stricto:

Texto, em sentido lato, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (quer se trate de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura etc), isto é, qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal temos o discurso, atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (...) e o evento de sua enunciação. O discurso é manifestado, lingüísticamente, por meio de textos (em sentido estrito).

As autoras destacam a importância da coesão e coerência no processo de construção do texto, enfatizando que para produzir um texto, é necessária a observação de “um conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto – os critérios ou padrões de textualidade, entre os quais merecem destaque especial a coesão e a coerência.”

Assim, o texto é uma unidade de sentido que independe de sua extensão, com critérios de textualidade, citados por Val (1999, p.5), baseados na teoria de Beaugrande e Dressler (1983).

Beaugrande e Dressler (1983) apontam sete fatores responsáveis pela textualidade de um discurso qualquer: a coerência e a coesão, que se relacionam com o material conceitual e lingüístico do texto, e

a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade.

A autora também enfatiza a importância da coesão e da coerência textuais, já que são responsáveis pelo sentido do texto. A coerência envolve aspectos lógicos, semânticos e cognitivos na partilha de conhecimentos entre os interlocutores, pois o sentido não é concebido somente pelo produtor do texto, mas também pelo receptor, que precisa interpretá-lo. Já a coesão é a “manifestação lingüística da coerência”, que se constrói através de mecanismos gramaticais e lexicais. Portanto, a coerência e a coesão têm a característica de promover a inter-relação semântica entre os elementos do discurso.

A *intencionalidade* diz respeito ao objetivo que o produtor do texto tem em mente numa determinada situação comunicativa. Depende da função lingüística que ele gostaria de manifestar - informar, impressionar, convencer, pedir, ofender – e vai orientar toda a produção textual.

A *aceitabilidade* se refere ao receptor da mensagem. O texto possui um conjunto de informações que podem ser relevantes, coerentes, úteis ou não a quem vai receber.

A *situacionalidade* diz respeito à coerência pragmática do texto, ou seja, o receptor da mensagem precisa identificar o emprego da linguagem em um determinado contexto.

A *informatividade* diz respeito ao grau de informações que o texto possui. Todo texto, para ser merecedor de atenção, deve conter informações novas e conter também, suficiência de dados. O texto necessita apresentar todas as informações necessárias para que seja compreendido, como almeja o produtor.

A *intertextualidade*, tema deste artigo, diz respeito aos fatores que fazem um texto se utilizar de outros textos, pois se sabe que todo texto é um intertexto, ou seja, tudo o que falamos ou escrevemos já foi utilizado por outras pessoas em outro momento, já que o processo discursivo se estabelece sempre sobre um discurso prévio.

Considerando as reflexões expostas até aqui, podemos abordar as teorias referentes ao tema proposto: a intertextualidade. Para isso, é necessário, primeiramente, fazermos, também, considerações sobre interdiscursividade.

3. Interdiscursividade / Intertextualidade

Brandão (1991, p. 54) aborda a noção de interdiscursividade, apontando a heterogeneidade como característica importante na interação enunciativa. A autora define interdiscurso a partir de Maingueneau, propondo levar em conta os fundamentos semânticos do discurso, pois os discursos se fundam na relação interdiscursiva. Deve-se “construir um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações deste discurso com seu Outro.” (MAIN-GUENEAU, 1984, P. 30). Dessa forma, um discurso nunca seria autônomo, porque sempre remete a outros discursos.

A formação discursiva ativa uma memória discursiva, circulando informações anteriores, já enunciadas, como cita a autora: “enunciar é se situar sempre em relação a um já-dito que se constitui no Outro do discurso.”

Em *Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade*, Fiorin (2003, p.32) define interdiscursividade como o “processo em que se incorporam percursos temáticos e/ou percursos figurativos, temas e/ou figuras de um discurso em outro”.

O autor (2003, p. 35) enfatiza que “a interdiscursividade não implica a intertextualidade, embora o contrário seja verdadeiro, pois, ao se referir a um texto, o enunciador se refere, também, ao discurso que ele manifesta”.

A partir da noção de interdiscursividade, é possível perceber que intertextualidade não é um fenômeno essencial para a composição de um texto e a interdiscursividade é inerente à constituição do discurso, já que não é único e discursa sobre outros discursos. Nessa perspectiva o discurso é social e é visto como um lugar de trocas enunciativas, onde a história se inscreve.

Apontada como um dos fatores de textualidade, a intertextualidade está presente em todo e qualquer texto, já que todo processo discursivo se estabelece a partir de um discurso prévio.

O conceito de intertextualidade foi construído por Kristeva (1974, p. 64). A autora diz que “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto.” Ela defende a teoria de que a palavra é espacializada, pois funciona em três dimensões: sujeito – destinatário

– contexto.

A humanidade, portanto, sempre registrou sua história baseada nas dimensões descritas por Kristeva. Fala-se e/ou escreve-se para alguém, num determinado contexto. E a partir disto, conta-se, reconta-se determinado fato de acordo com o que se pretende comunicar.

Portanto, há de se considerar o caráter social do sujeito do conhecimento, pois é para a convivência social que este sujeito se manifesta, no intuito de transformar a sociedade.

Nessa concepção, Bakhtin enfoca o dialogismo como condição do sentido do discurso, em que o sujeito perde o papel central e é substituído por diferentes vozes sociais, que fazem dele um sujeito histórico e ideológico. Para ele, o dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem, desdobrado em dois aspectos: o da interação verbal entre enunciador e enunciatário e o da intertextualidade no interior do discurso.

Jenny (1974, p. 6) enfatiza que a intertextualidade condiciona o uso do código, como também, o conteúdo formal da obra, dificultando a determinação do grau de explicitação da intertextualidade. Para ela, as obras intertextuais não são sintomas de uma crise cultural, mas o fruto do acaso e do gosto pelo uso da intertextualidade. A autora se baseia nas teorias de Tyntianov. O teórico sugere a hipótese de que toda obra literária se constrói como uma rede dupla de relações diferenciais: com textos literários pré-existentes e com sistemas de significação não literários, como as linguagens orais.

Nessa perspectiva, o que caracteriza a intertextualidade é introduzir a um novo modo de leitura o valor semântico de outro texto. Cabe ao leitor, a partir de sua cultura e memória, identificar o conteúdo intertextual.

Cada referência intertextual é o lugar duma alternativa: ou prosseguir a leitura, vendo apenas no texto um fragmento como qualquer outro, que faz parte integrante da sintagmática do texto – ou então voltar ao texto origem, procedendo a uma espécie de anamnese intelectual em que a referência intertextual aparece como um elemento paradigmático “deslocado” e originário duma sintagmática esquecida. (JENNY, 1974, p. 21)

Para Koch (1986, p. 39), é possível dar ao

termo intertextualidade um sentido amplo e um sentido restrito. A intertextualidade em sentido amplo ocorre sempre de maneira implícita e a intertextualidade em sentido restrito pode ser explícita ou implícita.

Segundo a autora, na produção textual há uma relação intertextual com outros textos que, mesmo não aparecendo na superfície do novo texto, exercem papel importante na sua produção.

Segundo Fiorin (2003, p. 30), “a intertextualidade é o processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo.” O autor identifica três processos de intertextualidade: *citação, a alusão e a estilização*.

Sant’Anna (2002) apresenta uma classificação de intertextualidade que difere de Fiorin. Para o autor, há quatro processos de intertextualidade: a paródia, a paráfrase, a estilização e a apropriação.

Paulino, Walty e Cury (1997, 25-42) classificam oito formas de intertextualidade: a epígrafe, a citação, a referência, a alusão, paráfrase, a paródia, o pastiche e a tradução. Para eles, a sociedade é uma grande rede intertextual, em constante movimento, em que o espaço cultural tem um papel importante, pois cada produção dialoga necessariamente com outras. Nesse contexto, os meios de comunicação de massa concretizam esse jogo através da diversidade de linguagens, características desse meio.

As autoras (1997, p. 14) também abordam o objeto da intertextualidade em sentido amplo e sentido mais restrito.

Em seu sentido amplo, ela envolve todos os objetos e processos culturais, tomados como texto. Em sentido mais restrito, a intertextualidade terá como objeto apenas as produções verbais, orais e escritas.

O texto, como objeto cultural, possui uma existência física delimitada pelo olhar e recriação do leitor. Nessa perspectiva, o texto nunca está pronto, pois cada leitor participa desse jogo dialógico com o autor, realizando cortes, recortes, construções e reconstruções com a finalidade de atender aos seus interesses e as suas necessidades.

A partir dessas considerações, classificaremos o princípio da intertextualidade, em suas formas mais utilizadas: paródia, paráfrase, estilização, citação e alusão.

3.1 Paródia/ paráfrase e estilização

Fávero (2003, p.50) conceitua paródia como “canto paralelo, incorporando a idéia de uma canção cantada ao lado de outra, como uma espécie de contracanto”, lembrando a origem etimológica da palavra. Para ela, falar de paródia é falar de Bakhtin, pois isso se faz necessário em qualquer estudo que trabalhe o uso não-sério da palavra.

Bakhtin vê a paródia como “elemento inseparável da sátira menipéia e de todos os gêneros carnalizados. Ele a coloca ao lado da estilização e do skaz, pois, apesar das diferenças substanciais, apresentam traços em comum: permitem reconhecer explicitamente uma semelhança com aquilo que negam, a palavra tem duplo sentido, voltando-se para o discurso de um outro e para o objeto do discurso como palavra. (FÁVERO, 2003, P. 53)

Sant’Anna tece considerações conceituais importantes sobre os termos paródia e paráfrase, de modo a estabelecer relações de oposição entre eles. O autor lembra, também, o sentido histórico da palavra *paródia* – uma ode que perverte o sentido de outra ode, portanto, dando a idéia de uma canção que era cantada ao lado de outra, uma espécie de contracanto. Portanto a palavra possui uma origem musical.

A paródia inova, inaugura um novo paradigma e constrói a evolução de um discurso. Sant’anna (2002, p.28) complementa que “a maturidade de um discurso se revela quando o autor, atingindo a paródia, liberta-se do código e do sistema, estabelecendo novos padrões de relação das unidades.” Portanto, na paródia, há uma tomada de consciência crítica, de algo que foi recalçado e posteriormente emergiu. Uma nova maneira de ler o convencional.

A paráfrase é um discurso em repouso em que alguém abre mão de sua voz para deixar a voz do outro falar. Não há conflito, pois não há oposição. Funciona como se fosse um espelho que reflete o discurso do outro.

Sant’anna (2002, p. 34) reformula as teorias de Tynianov e Bakhtin sobre o conceito de estilização e avança propondo três modelos novos de redefinição desses termos. Esses autores tinham desenvolvido a

oposição entre paródia e estilização, utilizando-a basicamente para estudos na área do romance, privilegiando autores como Dostoiévski e Gogol.

No primeiro modelo, o autor aborda o efeito *pró-estilo* da paráfrase e o efeito *contra-estilo* da paródia. Segundo ele, “quando a estilização se dá na mesma direção do texto anterior, transforma-se numa paráfrase; se ela ocorre em sentido contrário, constitui-se numa paródia.” Assim a estilização é uma técnica geral e a paródia e a paráfrase seriam efeitos particulares, ou seja, a estilização é o artifício utilizado pelo autor e a paródia e a paráfrase é o resultado.

No segundo modelo, Sant’anna aborda a noção de *desvio*, considerando que os jogos estabelecidos nas relações intra e extratextuais são desvios maiores ou menores em relação a um texto original. Nessa concepção, a *estilização* seria um *desvio tolerável* que ocorreria o máximo de inovação sem ser subvertido, pervertido ou invertido seu sentido. A paráfrase trabalharia com o *desvio mínimo* e a paródia, com o *desvio total*.

O autor (2002, p. 41) complementa:

A paródia deforma o texto original subvertendo sua estrutura ou sentido. Já a paráfrase reafirma os ingredientes do texto primeiro conformando seu sentido. Enquanto a estilização reforma, esmaecendo, apagando a forma, mas sem modificação essencial da estrutura.

Nessa perspectiva, a paráfrase e a estilização fazem parte de um mesmo conjunto em oposição à paródia.

Para Paulino, Walty e Cury (1995, p. 32), a paráfrase pode ter um sentido mais amplo, quando se apropria de um “clima ideológico”, como no discurso do “milagre brasileiro”, em que há uma visão idealizada que enfatiza as qualidades da pátria, escamoteando os conflitos sociais.

3.2 Citação

Para Fiorin (2003, p.30), a citação pode confirmar ou alterar o sentido do texto citado, como também pode ser feita em outra linguagem.

Silva (2003, p. 47) lembra que a citação, nos textos científicos, se apresenta marcada graficamente

de alguma forma, normalmente, entre aspas. Nos textos literários, comumente encontram-se citações sem os sinais gráficos, com os trechos incorporados ao texto. A autora utiliza a linguagem poética para se referir à citação.

Então, a partir dela, da citação, não há mais quaisquer segredos guardados entre o ontem e o agora, ou entre o hoje e o hoje, entre o autor de um novo tempo e os autores de tempos outros, ou de tempos mesmos que, num diálogo sem cerimônia, prosseguem contando juntos uma outra estória, amparando um a voz do outro.

3.3 Alusão

Segundo Fiorin (2003, p. 31), a alusão é um processo de reprodução de construção sintática em que certas figuras são substituídas por outras, mantendo-se uma relação hiperonímica.

Pode-se afirmar que a alusão é um tipo de intertextualidade fraca, pois se constitui apenas por uma leve menção a outro texto ou a um fragmento textual.

4. Conclusão

A linguagem é fator determinante para a inserção social. Através dela, o indivíduo é aceito ou rejeitado. Como o ser humano tem necessidade de ser aceito, ele busca o aprimoramento lingüístico para alcançar esse objetivo.

Nesse contexto, o intertexto tem papel importante no intuito de persuadir o outro, pois, quando identificado, se estabelece um sentimento de conforto, de auto-estima cultural, que é valorizado por quem lê ou ouve o texto. Também, o intertexto credibiliza o discurso, pois o que se apresenta não é totalmente novo.

Partindo do conceito de Kristeva, de que “todo texto é um mosaico de citações”, percebe-se a importância do “já-dito” na produção textual, oral ou escrita, pois através da utilização do princípio da intertextualidade, demonstramos nossa competência lingüística a cada vez que reproduzimos o conhecimento adquirido ao longo da vida. Implícito ou explicitamente, o princípio sempre estará presente nos textos que lemos ou ouvimos.

5. Referências

BARROS, Diana L. Pessoa de, FIORIN, José Luiz (org). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. São Paulo: Ática, 2001, p. 42-47.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e Coerência textuais*. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *Paródia e Dialogismo*. In: BARROS, Diana L. P., FIORIN, José Luiz.(org.) *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

FAVERO, Leonor Lopes, KOCH, Ingedore G. Villaça. *Lingüística textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 2002.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *Polifonia textual e discursiva*. In: BARROS, Diana L. P., FIORIN, José Luiz.(org.) *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

JENNY, Laurent. *A estratégia da forma*. In: JENNY, Laurent et al. *Intertextualidades*. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

KOCH, Ingedore G. V. *A intertextualidade como critério de textualidade*. In: FÁVERO, L. L., PASCHOAL, M.S.Z. *Linguística Textual, Texto e Leitura*. São Paulo: EDUC, 1986.

KRISTEVA, Júlia. *Introdução à semiótica*. São Paulo: Perspectiva S.A., 1974.

MESERANI, Samir. *O intertexto escolar sobre leitura, aula e redação*. São Paulo: Cortês, 1995.

PAULINO, Graça, WALTY, Ivete, CURY, Maria Zilda. *Intertextualidades: teoria e prática*. Belo Horizonte: Editora Lê, 2ed, 1997.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Paródia, paráfrase e Cia*. São Paulo: Ática, 2002.

SILVA, Cláudia Maria Gil. *O intertexto em Chapeuzinho: uma releitura das formas de intertextualidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Informações bibliográficas:

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:

GOUVEIA, M. A. R. O Princípio da Intertextualidade Como Fator de Textualidade. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, ano II, n. 4, agosto. 2007. Disponível em: <<http://www.unifoa.edu.br/pesquisa/caderno/edicao/04/57.pdf>>